

Direito Processual Civil

GRUPO II | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

O Ministério Público ajuíza demanda fundada em tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, instruída com prova documental suficiente dos fatos, e requer tutela de evidência em caráter liminar. Na fase de efetivação, constata-se que o réu mantém bens e atividades em comarcas de mais de um estado.

- a) Quais os pressupostos da tutela de evidência e em quais hipóteses ela pode ser concedida liminarmente?
- b) Como se efetiva a decisão concessiva de tutela provisória e quais os requisitos para o emprego de medidas executivas atípicas?
- c) Quais instrumentos de cooperação judiciária nacional podem ser empregados diante da dispersão territorial da atividade executiva?

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

Em determinado Tribunal de Justiça, multiplicam-se milhares de demandas repetitivas sobre idêntica questão unicamente de direito, com decisões conflitantes entre as câmaras. Em uma das comarcas, tramita ação de curatela de pessoa idosa, promovida por sobrinho, na qual o Ministério Público é intimado a se manifestar.

- a) Quais os pressupostos de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas e quem pode suscitá-lo?
- b) Quais os principais efeitos da admissão e do julgamento do incidente?
- c) Na ação de curatela, qual o papel do Ministério Público e quais os limites da curatela após o Estatuto da Pessoa com Deficiência?

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público contra o Estado, por falha generalizada na prestação de serviço público essencial, entidade técnica de âmbito nacional requer ingresso como *amicus curiae* e o autor requer a demonstração da extensão dos danos por prova estatística. Sobrevém sentença de procedência.

- a) Quais os requisitos para a admissão do *amicus curiae* e quais os seus poderes processuais?
- b) É admissível a prova estatística ou por amostragem para a demonstração de danos em litígios de massa?
- c) No cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública, qual a diferença de regime entre as obrigações de pagar e as de fazer?

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

O Ministério Público requer tutela antecipada em caráter antecedente (art. 303 do CPC) em ação civil pública destinada a assegurar o fornecimento de medicamento a grupo determinado de pacientes. Deferida a liminar, o réu não interpõe recurso.

- a) Qual a natureza da legitimidade do Ministério Público para a tutela de direitos individuais homogêneos e qual o seu pressuposto constitucional?
- b) A ausência de recurso acarreta a estabilização da tutela antecipada antecedente? Há particularidades no processo coletivo?
- c) A audiência de autocomposição e os demais mecanismos consensuais do CPC/2015 são compatíveis com o processo coletivo?